

Opinião

Valor

Jornal econômico de circulação nacional, publicado desde 2 de maio de 2000 pela Valor Econômico S.A.

Diretora de Redação: Vera Brandimarte
Conselho Editorial: Alexandre Caldini Neto, Aluizio Maranhão Gomes da Silva, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Celso Pinto, João Roberto Marinho, Luiz Frias, Otavio Frias Filho, Roberto Irineu Marinho e Vera Brandimarte
Diretor-presidente: Alexandre Caldini Neto
Conselho de Administração: Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias, Marcello Henrique Monteiro de Moraes, Roberto Irineu Marinho

Novos infortúnios econômicos e políticos atingem o Mercosul

Já abalado pelas constantes desavenças comerciais entre seus principais sócios, o Mercosul sofreu novo e duro golpe com a derrubada sumária do presidente Fernando Lugo, do Paraguai. Esse fato, que mostra a exasperante permanência de quadros institucionais democráticos frágeis no país vizinho, serviu de oportunidade para uma esperteza, a de permitir que a Venezuela se torne membro pleno do bloco. O Paraguai não aprovou até agora seu ingresso.

Lugo foi vítima de seus defeitos e das retrógradas instituições políticas paraguaias. O ex-bispo fez a façanha de encerrar em 2008, ainda que provisoriamente, o domínio do Partido Colorado, que teve seus anos de ouro durante os 35 anos da ditadura de Alfredo Stroessner. Mas seu ímpeto renovador foi perdendo força por não contar com uma base política que apoiasse as mudanças. Os colorados ganharam a maioria da Câmara dos Deputados e continuaram enquistados em boa parte do aparelho de Estado, uma herança de décadas de clientelismo político. Sem partido próprio, Lugo se apoiou em uma frente em que o peso maior era dos centristas do Partido Liberal, com peso no Parlamento, e uma miríade fluida de movimentos sociais e partidos de esquerda.

O presidente teve desde o início que governar com dois contrapesos — a direita no Congresso e os liberais na vice-presidência. O objetivo de ambos foi manter a estrutura agrária do país e sua enorme concentração de terras nas mãos de empresários, muitas delas ganhas de presente no reinado de Stroessner. Essa estrutura é responsável pelo atraso secular do país, um dos mais pobres da América Latina, e Lugo, um bispo que atuou entre os sem-terra, prometeu apressar a reforma agrária e os programas sociais para melhorar a distribuição de renda.

Tido como um dos seus pelos bolivarianos, Lugo foi um moderado indeciso. Ele não tentou, como Rafael Correa, no Equador, ou Hugo Chávez, na Venezuela, aproveitar a maré eleitoral favorável e convocar novo pleito para deslocar a seu favor o pêndulo político no Legislativo. Acuado politicamente e por problemas pessoais, ele não foi suficientemente enérgico na execução de suas promessas eleitorais. Ironicamente, o incidente usado

como pretexto para retirá-lo do cargo — a morte de 11 sem-terra e 6 policiais em um conflito na fazenda de um rico latifundiário — foi emblemático. Sem ter agido para desapropriar as terras em questão, foi visto como um dos incentivadores dos movimentos camponeses que, no passado, apoiou.

Lugo, ao contrário dos colorados e de tradicionais políticos paraguaios, não tinha ligação com os poderosos interesses do contrabando e do tráfico de drogas. Era um grande estorvo a essas forças dominantes no Paraguai, acostumadas a agir de forma silenciosa e eficiente. Como no golpe contra Lugo, quase perfeito. Os preceitos constitucionais foram seguidos e o desfecho demonstrou o declínio de Lugo, já uma figura decorativa. Na Câmara, 71 votaram pelo impeachment e um contra. No Senado, 39 a 4. Não há dúvida de que ele não teve chance de defesa, embora isso talvez mudasse pouco o desfecho de seu drama político.

Mercosul e União das Nações da América do Sul foram estridentes nas reações iniciais e terminaram por colocar o Paraguai no limbo até a próxima eleição presidencial, em abril. As acusações de que as elites paraguaias haviam usado as instituições democráticas com fins escusos, feitas por Argentina, Venezuela e Equador, poderiam ter sido feitas também contra qualquer um desses governos acusadores. O Brasil impediu sanções econômicas ao Paraguai, uma posição sensata, mas agiu a reboque da Argentina ao usar essa sinistra chance para trazer Chávez para o palco do Mercosul.

Por suas ações autoritárias e antimercado, Chávez e Cristina Kirchner fecham a possibilidade futura de qualquer acordo comercial relevante com a União Europeia ou os EUA. Não é à toa que agora se voltam para os duvidosos benefícios de um acordo com a China. A tendência não é apenas de um progressivo fechamento de fronteiras para o comércio internacional, como já vem ocorrendo. O próprio comércio intrabloco mostra grandes recuos por causa das atitudes atrabiliárias de Cristina Kirchner, que afetam o Brasil e, igualmente ou mais, a Argentina. A adesão de um novo membro geralmente é um sinal de força de um bloco econômico. No caso do Mercosul, pode ser um ponto de inflexão em direção à irrelevância.



Disputa foi competitiva e um marco importante para o setor. Por **Caio M. S. Pereira Neto e Mateus P. Adami**

Leilão de 4G: balanço e desafios

Recentemente, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) realizou o leilão das faixas de radiofrequência destinadas à implantação da chamada quarta geração de telefonia móvel (4G) no Brasil. Por se tratar de uma faixa de frequência privilegiada (2,5 GHz), permitindo a oferta de serviços diferenciados em elevadas velocidades, a licitação teve algumas peculiaridades que merecem destaque.

A Anatel aproveitou o grande interesse na faixa para incluir obrigações relacionadas à implantação de telefonia rural, por meio de outra radiofrequência específica (450MHz) que atualmente não possui valor significativo. Vale lembrar que a telefonia rural é também objeto de metas de universalização de telefonia fixa, e demandam grandes investimentos, com retorno incerto — variando entre negativo e baixo na maioria dos casos, segundo a Anatel.

Nesse modelo, bastante criticado pelas operadoras, as faixas da telefonia rural seriam licitadas conjuntamente com as destinadas ao 4G, caso não existissem interessados em sua exploração isolada. Isso de fato não ocorreu, o que obrigou as operadoras a adquirir o “osso” (450MHz) junto com o “filé” (2,5GHz) e confirmou os elevados custos associados à exploração da radiofrequência destinada à telefonia rural — a ponto de inviabilizar sua exploração isolada nos termos propostos pela Anatel.

Perdeu-se, assim, uma oportunidade de desenhar a política de universalização de forma transparente e concorrencialmente neutra, utilizando recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para custear atividades voltadas à massificação do acesso aos serviços de telecomunicações de voz e dados nas áreas rurais. A opção adotada, inclusive, é questionável à luz da Lei Geral de Telecomunicações, tendo em vista a expressa vedação ao subsídio cruzado entre modalidades de serviço.

Ora, como não existe almoço grátis, evidentemente os custos gerados pela compra do osso (telefonia rural) serão de alguma forma suportados, ainda que indiretamente, pelos usuários do filé (telefonia móvel).

Outro aspecto importante desse leilão é que a faixa dos 2,5 GHz está atualmente ocupada com outro serviço, o Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), uma espécie de serviço de televisão por assinatura. Este serviço foi autorizado pela Anatel no fim da década de 1990 na mesma radiofrequência agora destinada ao 4G, mas não teve a mesma penetração da TV a cabo e TV via satélite.

Em 2010, a Anatel remanejou uma parcela da radiofrequência do MMDS, justamente para abrir espaço para a licitação do 4G. Vale notar que alguns agentes interessados no 4G também exploram o MMDS.

Resultado da licitação será decisivo aos rumos da prestação do serviço de telefonia móvel no Brasil

Esse contexto agregou bastante complexidade à licitação. Empresas interessadas em participar da disputa foram obrigadas a renunciar às radiofrequências detidas para o MMDS, independentemente de vitória no novo leilão, exigência de legalidade duvidosa. Na prática, a exigência de renúncia implicou uma restrição de direitos garantidos pela própria regulamentação setorial desde 2010, com efeitos significativos sobre o patrimônio das operadoras. A regra, embora questionada, foi mantida e, de acordo com a estratégia comercial de cada operadora, foram ou não apresentadas as respectivas renúncias.

Mas a ocupação das faixas ainda gera duas importantes consequências posteriores ao leilão. Primeiro, os atuais operadores de MMDS devem ser indenizados

pelas empresas vencedoras em virtude da desocupação da faixa de radiofrequência, mesmo aqueles que não tenham participado do leilão — por ocasião do remanejamento de faixa ocorrido em 2010. A Anatel deveria ter estabelecido critérios claros para a quantificação dos valores de indenização, a fim de conferir segurança tanto às empresas que adquiriram as radiofrequências, quanto àquelas que serão indenizadas. Contudo, o edital não é claro neste ponto e remete a uma negociação posterior entre as empresas — com eventual intervenção da Anatel.

Segundo, abriu-se a possibilidade de as prestadoras de MMDS participantes da licitação operacionalizarem suas renúncias às radiofrequências detidas antes do leilão mediante sua transferência posterior a terceiros, no prazo de 18 meses. Portanto, a expectativa é de que haverá uma possível rodada de negociações entre as operadoras que se encontrem nessa situação, com a realocação das antigas radiofrequências de MMDS para o serviço móvel 4G nos próximos meses.

Ainda que determinados aspectos do modelo aplicado sejam questionáveis e restem pendências relevantes, não há dúvida de que o leilão foi um marco importante para o setor. A licitação foi competitiva e o seu resultado será decisivo para os rumos da prestação do serviço de telefonia móvel no Brasil. A próxima grande licitação de radiofrequências depende da desocupação dos canais analógicos utilizados pela televisão aberta, vinculada ao grau de penetração da televisão digital (ainda em estágio inicial de desenvolvimento), sendo certo que sua formatação será influenciada pelo desenho do leilão de 4G.

Caio Mario da Silva Pereira Neto, doutor em Direito (JSD) pela Universidade de Yale, é professor de Direito Econômico da Direito GV e sócio de Pereira Neto | Macedo Advogados. **Mateus Piva Adami**, mestre em Direito pela Universidade de São Paulo, é advogado de Pereira Neto | Macedo Advogados.

Diretora de Redação Vera Brandimarte (vera.brandimarte@valor.com.br) <p>Diretora Adjunta de Redação Claudia Safatle (claudia.safatle@valor.com.br)</p> <p>Diretora de Conteúdo do Valor Online Raquel Balarin (São Paulo) (raquel.balarin@valor.com.br)</p> <p>Editores-executivos Célia de Gouvêa Franco (celia.franco@valor.com.br)</p> <p>Cristiano Romero (Brasília) (cristiano.romero@valor.com.br)</p> <p>José Roberto Campos (jose.campos@valor.com.br)</p> <p>Pedro Cafardo (pedro.cafardo@valor.com.br)</p> <p>Chefe da Redação em Brasília Rosângela Bittar (rosangela.bittar@valor.com.br)</p> <p>Chefe da Redação no Rio Heloisa Magalhães (heloisa.magalhaes@valor.com.br)</p> <p>Repórteres Especiais Angela Bittencourt (angela.bittencourt@valor.com.br)</p> <p>Cristine Prestes (cristine.prestes@valor.com.br)</p> <p>Daniela Chiaretti (daniela.chiaretti@valor.com.br)</p>	Graziella Valenti (graziella.valenti@valor.com.br)	Marli Olmos (marli.olmos@valor.com.br)	Monica Izaguirre (Brasília) (monica.izaguirre@valor.com.br)	Paulo Totti (paulo.totti@valor.com.br)	Raymundo Costa (Brasília) (raymundo.costa@valor.com.br)	Ribamar Oliveira (Brasília) (ribamar.oliveira@valor.com.br)	Sérgio Léo (Brasília) (sergio.leo@valor.com.br)	Vera Saavedra Durão (Rio de Janeiro) (vera.durao@valor.com.br)	Editora de Brasil Denise Neumann (denise.neumann@valor.com.br)	Editora de Política Maria Cristina Fernandes (mrcristina.fernandes@valor.com.br)	Editor de Internacional Humberto Saccomandi (humberto.saccomandi@valor.com.br)	Editor de Opinião Maria Christina Carvalho (maria.carvalho@valor.com.br)	Editora de Tendências & Consumo Cynthia Malta (cynthia.malta@valor.com.br)	Editor de Comportamento (ivanilda@valor.com.br)	
Diretor-presidente Alexandre Caldini Neto (alexandre.caldini@valor.com.br)	Diretor de Circulação Marciliano Antonio Silva Junior (marciliano@valor.com.br)	Diretor de Eventos e Seminários Carlos Raíces (carlos.raices@valor.com.br)	Diretor de Circulação Graziella Valenti (graziella.valenti@valor.com.br)	Editor de Indústria e Infraestrutura Ivo Ribeiro (ivo.ribeiro@valor.com.br)	Editor de Tecnologia & Comunicações João Rosa (joao.rosa@valor.com.br)	Editor de Agronegócios Fernando Lopes (fernando.lopes@valor.com.br)	Editora de Finanças Vanessa Adachi (vanessa.adachi@valor.com.br)	Editor de S.A. Nelson Niero (nelson.niero@valor.com.br)	Editora de Carreiras Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)	Editora de Legislação & Tributos Zínia Baeta (zinia.baeta@valor.com.br)	Editor de Cultura Robinson Borges (robinson.borges@valor.com.br)	Editor de Arte/Fotografia Silas Botelho Neto (silas.botelho@valor.com.br)	Editora da ValorInveste (mauricio.ribeiro@valor.com.br)	Diretora de Publicidade Legal Andréa Flores (andrea.flores@valor.com.br)	Diretor de Negócios Digitais Rubens Pedretti Jr. (rubens.pedretti@valor.com.br)
Diretor Financeiro Carlos Alberto Arroyo Ponce de Leon (carlos.ponce@valor.com.br)	Diretora Comercial Ivanilda Gadioli (ivanilda@valor.com.br)	Publicidade - Outros Estados BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Representação Tel./Fax: (71) 3025-2670 Interior de São Paulo e Litoral M Mardegan Representações Com Para venda de assinaturas e atendimento ao assinante ligue: (11) 2199-2199 (Grande São Paulo) ou 0800 7018888 (demais localidades) de segunda a sexta das 07h às 19h30. assinaturas@valor.com.br - atendimento@valor.com.br . Para assinaturas corporativas e-mail: corporate@valor.com.br . Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência.	Publicidade - Outros Estados CE/PI/MA/RN - Dialogar Propaganda & Marketing - Isabel Tel./Fax: (85) 3264-7342 MG/ES - Sat Propaganda	Publicidade - Outros Estados PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização - Tel./Fax: (41) 3019-3717 RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287/3219-6613	SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497/3333-8497 EUA - Multimedia, Inc. Tel./Fax:1-407-903-5000/1-407-363-9809 US Toll Free: 1-800-985-8588										

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Circulação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)

Valor Econômico S.A., Av. Francisco Matarazzo, 1500, Torre New York, 1º, 2º, 3º e 8º andares. - Condomínio Água Branca - São Paulo - SP CEP 05001-100 — Telefone 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade: Noticiário SP 0 xx 3767 1012 / 0 xx 3614 5234, **Legal SP** 0 xx 3767 1323, **On-line SP** 0 xx 3767 1341

RJ 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.

Redação 0 xx 11 3767 1000 **Fax** 0 xx 11 3767 1348. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br

Sucursal de Brasília SRTVN Quadra 701 - Módulo C — Centro Empresarial Norte - sala 801 - Bloco B — CEP 70719-900

Sucursal do Rio de Janeiro Rua Irineu Marinho, 70 - 6ª andar — CEP 20230-023

Publicidade - Outros Estados BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Representação Tel./Fax: (71) 3025-2670 Interior de São Paulo e Litoral M Mardegan Representações Com Para venda de assinaturas e atendimento ao assinante ligue: (11) 2199-2199 (Grande São Paulo) ou 0800 7018888 (demais localidades) de segunda a sexta das 07h às 19h30. **assinaturas@valor.com.br - atendimento@valor.com.br**. Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**. **Aviso:** o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência.

Preço de assinaturas (para todo o território nacional): **18 meses:** R\$ 1.134,00; **12 meses:** R\$ 756,00; **6 meses:** R\$ 378,00